

Anistia

Justiça seja feita

Em nosso corpo docente há uma série de professores que foram atingidos pelo AI-5: alguns já davam aula aqui e outros foram acolhidos depois de cassados. São eles Pedro Kalil, Octavio Ianni, Paul Singer, José Artur Gianotti, Bento Prado Jr., Bolivar Lamounier, Florestan

Fernades, Maria Nilde Mascellani e Ivone Dias Avelino. Deles nos orgulhamos não porque foram punidos mas por sua qualidade científica. PORANDUBAS ouviu alguns deles e colheu depoimentos de entidades representativas e grupos que lutam pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

PAUL SINGER

O FOGO OU PANELA

Para os professores cassados, o projeto do Governo oferece uma decisão administrativa ou um segundo julgamento tão arbitrário como o primeiro.

Aposentado pelo AI-5 em abril de 69 quando era membro do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional da Fac. Higiene e Saúde Pública. Entrou para a PUC em 1977.

"O projeto do Governo, não sei se será aprovado, mas se o for, coloca a mim e aos demais professores diante da seguinte alternativa: ou requeremos de volta o cargo anterior ou então a contagem do período de afastamento como tempo de serviço, o que aumentaria o valor da aposentadoria. O requerimento deveria ser submetido a alguma instância do Governo do Estado, não se sabe

qual exatamente. Esta comissão deveria manifestar-se acerca do interesse da administração pública sobre a nossa volta, se há vaga e verba para nossa recondução. São estas as perspectivas que o projeto nos abre.

Evidentemente que sou a favor da Anistia. Isto que passa por ser Anistia não o é: apenas nos é permitida uma apelação, um segundo julgamento tão arbitrário quanto o primeiro. Não tenho a menor possibilidade de saber se meu requerimento será aceito ou não. A decisão é administrativa. Poderá ser rejeitado ou aprovado sem qualquer razão expressa, como foi o caso da aposentadoria. Além de excluir de seus benefícios uma série de presos políticos, esta "anistia" não inclui nem os estudantes punidos pelo 477 nem os militantes operários e sindicais também punidos com intervenção, demissão, etc.

PEDRO KALIL PADIS

AUTONOMIA OFENDIDA

Aposentado em abril/69 por força do AI-5. Foi obrigado a deixar o magistério na atual UNESP, PUC e FGV. Em 1970 foi estudar na França onde também lecionou nas Universidades de Paris e de Reims.

"A Anistia é por excelência um ato de paz, de grandeza. Ela vem depois do combate, sinal de nova era. Por isso a Anistia não pode ser manchada pela restrição, pela parcialidade, senão perderá sua grandeza tornando-se uma demonstração de força, ou de fraqueza.

Nos últimos 15 anos pelo menos duas centenas de professores e pesquisadores foram sumariamente proibidos de exercer sua atividade docente. Hoje fala-se em anistiá-los. Mas fala-se apenas. HUMILHAÇÃO

O projeto oficial, de fato não anistia professor algum: apenas permite que se solicite a própria readmissão na Universidade, de forma vexatória que não

leva em conta o esforço científico feito em todo esse tempo.

Boa parte desses professores foi obrigada a ir para outros países onde desenvolveram atividades importantes, no magistério e na pesquisa. Lá obtiveram títulos, publicaram trabalhos, o que não poderiam fazer aqui.

Hoje se lhes permite pedir para voltar. Volta esta condicionada desde à disponibilidade de verbas até à vontade pessoal de quem decide. Além de ser humilhante, essa chamada anistia fere antes de tudo a autonomia universitária, pois quem vai decidir a "recontratação" desses pesquisadores e professores seria, no mais das vezes, decidida por autoridades políticas, alheias ao ensino e à pesquisa, distante da Universidade.

Esta é uma humilhação à qual a consciência brasileira não pode se submeter. Senão, a grandeza desaparece de todos os lados".

OCTAVIO IANNI

O "FAZ-DE-CONTA"

Ianni foi aposentado em 1969 pelo AI-5. Era livre-docente pela

Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da USP, dando aulas de So-

ciologia no Departamento de Ciências Sociais. É fundador do CEBRAP, juntamente com outros professores aposentados ou que aderiram à idéia do Centro. Está na PUC desde 1977 no Pós em Ciências Sociais.

O projeto de anistia enviado ao Congresso dá bem uma idéia da forma pela qual a ditadura busca escamotear, em lugar de resolver, os problemas básicos da sociedade brasileira. Quando todos reclamam a anistia ampla, geral e irrestrita, os governantes decidem fazer de conta que estão mudando alguma coisa para não modificar nada. Ao contrário, punem de novo os punidos. Primeiro, nada dizem sobre os mortos e desaparecidos, os mortos sem sepultura. Segundo, não anistiam muitos, talvez

centenas, de vítimas da ditadura que se acham nos cárceres ou exilados. Terceiro, estabelecem que os punidos devem reconhecer, por escrito, a sua culpa, como se houvesse culpa em lutar contra o Golpe de Estado, a repressão e a ditadura. Quarto, anistiam-se todos, golpistas e torturadores, desde 1961, quando se iniciou a preparação do Golpe. Não se trata de uma anistia, mas de uma nova punição. Os governantes punem outra vez as vítimas da ditadura. Mais do que isso, punem também a opinião pública, o povo brasileiro. Respondem ao clamor pela anistia com mais um ato de repressão. Por isso a luta deve continuar, não só pela anistia ampla, geral e irrestrita, mas também pela Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita pelo povo. É preciso continuar o fortalecimento da frente nacional democrática, na luta contra a ditadura e as suas farsas.

ANISTIA NA PUC

NADIR KFOURI, Reitora

Valorizo a oportunidade do debate sobre a Anistia, uma vez que a votação do projeto se aproxima. Sou favorável à anistia completa, integral e não entendo que possa ser de outra forma. Isto é o que a Nação espera. Imagine-se uma anistia incompleta que discrimine os que seriam por ela atingidos... Tal ato vai suscitar revolta, frustração, desespero por parte de muita gente. Não posso nem acreditar nisso. Quero acreditar que esse projeto apresentado vem como um balão de ensaio: a futura lei deve

corresponder aos anseios do povo brasileiro.

Gostaria que houvesse no País aquilo que com simplicidade vivenciamos dentro da PUC, onde ilustres professores, que não puderam continuar seu trabalho nas Univ. de origem, vêm prestando uma colaboração relevante aqui. Aguardamos também a revogação do 477, bem como de toda a legislação repressora que incidiu sobre alunos e professores.

LAURINDO LEAL FILHO, presidente da APROPUC

"Na carta-programa da atual diretoria, um dos itens é a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, para todos os presos e perseguidos políticos. É preciso distinguir qualquer outra tentativa de uma anistia parcial. Mais que isso, achamos que a Anistia de maneira alguma pode beneficiar torturadores ou agentes da repressão. Entendemos que estão no mesmo nível de torturadores os policiais que invadiram a PUC em 22/9/77.

Dia 7/8 estive em Brasília falando com os senadores Teotônio Vilela e Itamar Franco que informaram que pelo substitutivo do MDB haverá possibilidade de investigar a fundo a invasão e

de se apurar os responsáveis.

A APROPUC faz parte da Comissão Executiva do CBA-SP e da Comissão Pró-Anistia da PUC.

Precisa ser amplamente denunciada a farsa que é o projeto de anistia parcial do Governo: ele só serve para iludir setores menos informados da opinião pública e, mais grave, anistia torturadores. Pessoalmente entendo que a Anistia é um ato de Paz. Conseqüentemente só pode ser AMPLA, GERAL e IRRESTRITA. Desta forma, acabam-se as intransigências, os desentendimentos e os confrontos, dando ensejo a que a Nação passe a trabalhar unida pelo bem-estar de seu Povo.

GERALDO SILVÉRIO, presidente da AFAPUC

Pessoalmente entendo que a Anistia é um ato de Paz. Conseqüentemente só pode ser AMPLA, GERAL e IRRESTRITA. Desta forma, acabam-

se as intransigências, os desentendimentos e os confrontos, dando ensejo a que a Nação passe a trabalhar unida pelo bem-estar de seu Povo.